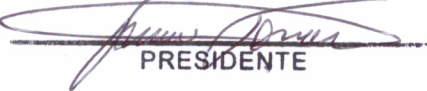
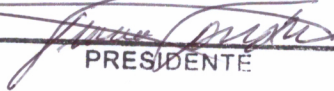


A 2ª COMISSÃO
Em 16 / 02 / 2017

PRESIDENTE


ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A PUBLICAÇÃO
Em 16 / 02 / 2017

PRESIDENTE

Asssembleia Legislativa de Alagoas
PROTOCOLO GERAL 0000083
Data: 18/01/2017 Horário: 12:21
Legislativo -

MENSAGEM Nº 1 /2017.

Maceió, 9 de janeiro de 2017

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos dos arts. 89, § 1º, e 107, inciso V, ambos da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 44/2015, que ***“Institui a Habilitação Social, Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, e dá outras providências”***, pelas razões que se seguem:

Razões do veto:

A proposta em análise, especificamente os arts. 1º, 5º e 8º, prevê a isenção de taxas públicas referentes aos serviços prestados pelo DETRAN/AL relativos à obtenção, adição e mudanças nas categorias da Carteira de Habilitação, bem como à aquisição da Autorização para Conduzir Ciclomotores – ACC, apesar de reconhecer seus bons propósitos, afronta ao disposto no art. 86, § 1º, I, b e e, da Constituição Estadual, uma vez que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre matéria tributária, organização administrativa, serviços públicos e atribuição dos órgãos da administração direta e autárquica.

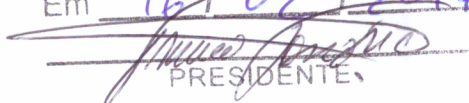
Ademais, a proposta em apreço acarreta relevante impacto financeiro às contas do Estado de Alagoas, imputa obrigações e despesas ao DETRAN/AL (sem a respectiva indicação da receita apta a suportá-la), assim como institui programas e projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual – LOA, nem previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual – PPA, o que contraria as normas disciplinadoras das finanças públicas, previstas no art. 167, I e II, da Carta Magna.

Por fim, em virtude da inconstitucionalidade formal e material dos arts. 1º, 5º e 8º, os demais dispositivos acabam afetados, pois guardam relação de interdependência com aqueles maculados com o vício de inconstitucionalidade, justificando-se o veto integral ao prospecto legislativo em questão.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar totalmente** o Projeto de Lei nº 44/2015, **por inconstitucionalidade formal e material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.


JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado LUIZ DANTAS LIMA
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.
NESTA

LIDO NO EXPEDIENTE
Em 16 / 02 / 2017

PRESIDENTE